

# PARA QUÊ QUALIFICAÇÃO NO RURAL? AS OPORTUNIDADES DOS EDUCANDOS DO CURSO RESIDÊNCIA JOVEM DA UFMG – CAMPUS MONTES CLAROS

Helder dos Anjos Augusto<sup>64</sup>  
Cristh Ellen Ferreira Pinheiro<sup>65</sup>  
Giliarde de Souza Brito<sup>66</sup>  
Cledinaldo Aparecido Dias<sup>67</sup>  
Luciano Vieira Lima<sup>68</sup>

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar o perfil dos educandos matriculados no curso Técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo – Residência Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais – Campus Montes Claros, onde especificamente visou conhecer as expectativas dos jovens inseridos no curso; analisar a organização produtiva dos assentamentos /acampamentos /comunidades rurais; e identificar, na visão destes jovens, a contribuição do curso Residência Jovem para sua inserção nas linhas de produção de sua comunidade. Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e qualitativo, realizada através de pesquisa

---

<sup>64</sup> Doutor em Demografia – Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>65</sup> Mestranda em Sociedade, Ambiente e Território – Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>66</sup> Mestre em Ciências Agrárias – Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>67</sup> Doutorando em Administração – Universidade de Brasília

<sup>68</sup> Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território – Universidade Federal de Minas Gerais

bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O curso em estudo tem como principais vertentes metodológicas a Pedagogia da Alternância e a Cooperação. Atualmente conta com a participação de jovens rurais, das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, com destaque ao Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. A faixa etária dos jovens varia de 15 a 29 anos, sendo o sexo feminino predominante e a maioria de nível médio de educação. Contudo, as perspectivas observadas vão de encontro com a proposta do curso Residência Jovem, a qual consiste em fortalecer a juventude rural com a finalidade de assegurar a permanência destes no campo. Palavras-chave: Juventude; Educação do Campo; Desenvolvimento Rural.

## **1 Introdução**

O curso Técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo – Residência Jovem corresponde a uma proposta aprovada através do Edital MCTI/MDA-Incra/CNPq Nº 19/2014. O público alvo consiste em jovens provenientes da zona rural que visem contribuir para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais. A abrangência versa as regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, com destaque ao Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

A proposta do curso se sustenta a partir da Pedagogia da Alternância e da Cooperação, as quais

orientam e substanciam uma forma diferenciada de atuação pedagógica com o objetivo de conciliar a teoria e a prática, valorizando o conhecimento prévio dos educandos e a troca de experiências.

Diante da proposta do curso e da realidade das localidades dos educandos, têm-se as seguintes indagações: Para quê qualificação de jovens nestas localidades rurais? Quais as perspectivas destes jovens frente ao mercado de trabalho?

Para responder às questões propostas, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o perfil dos educandos matriculados no curso Técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo – Residência Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais, onde especificamente visou conhecer as expectativas dos jovens inseridos no curso; analisar as potencialidades produtivas dos assentamentos/acampamentos/comunidades rurais; e identificar, na visão destes jovens, a contribuição do curso Residência Jovem para sua inserção na produção agrícola de sua região.

## **2 Metodologia**

Para o alcance dos objetivos propostos buscou-se realizar uma pesquisa descritiva, de caráter

qualitativo e quantitativo, onde foram agrupados aspectos de ambas perspectivas, sendo que os qualitativos abrangem a análise dos métodos pedagógicos abordados no curso em estudo; e os quantitativos compreenderam o estudo do perfil dos educandos matriculados e suas perspectivas profissionais.

As técnicas de pesquisa utilizadas neste estudo envolveram a pesquisa bibliográfica, abordando um estudo sobre a juventude do Brasil, a educação do campo e a pedagogia da alternância; a pesquisa documental, abarcando um estudo sobre a proposta do curso, dados dos educandos matriculados, o material de relatoria das atividades realizadas no campo durante o Tempo Comunidade; bem como a pesquisa de campo, através da qual foi feita uma aplicação de questionário semiestruturado, aplicado a 90% dos matriculados no curso, com o objetivo de identificar aspectos relacionados ao seu perfil, a produção realizada em suas localidades, suas perspectivas frente ao mercado de trabalho e suas expectativas com o curso.

### **3 Juventude rural: migração e realidades**

A juventude rural é a parcela de população que, geralmente, tende a migrar ou deslocar das áreas rurais. Segundo Troian (2014, p.19) “os jovens dos espaços rurais têm menos autonomia, acesso a educação e atividades de lazer que os jovens dos espaços urbanos” e, conforme o autor, são itens essenciais na formação desses jovens, onde a saída para a cidade tem a motivação em suprir essas carências. Contudo, o autor contempla a ideia de que ações com foco em territórios rurais devem priorizar a educação, abarcando as carências citadas, a fim de reduzir os processos migratórios, pois um terço dos residentes em espaços rurais é jovem.

Os motivos dominantes que influenciam o ato migratório são principalmente de natureza econômica. Essa afirmação por muito tempo foi defendida por estudiosos do assunto e é defendida por governos que investem em políticas públicas de permanência da população. Assim, os sujeitos têm motivações alicerçadas em uma condição de escassez econômica em seu local de origem ou aparecimento de condições econômicas mais atraentes em outros espaços geográficos. A natureza econômica como motivadora do ato migratório foi inicialmente um

argumento abordado por Ravenstein, em 1885 (SOARES, 2002). Nos começos do século XXI, as motivações para o ato migratório são entendidas por diversos autores como sendo de diversas naturezas (MATOS, 1997; RIBEIRO *et al.* 2004). Assim, fatores de expulsão ou de atração são usados para abarcar as circunstâncias que influenciam o ato migratório (MATOS; BRAGA, 2004; SILVA; MENEZES, 2007).

Durhan (1973, p. 112) analisa as motivações que levam o trabalhador rural a sair do seu local de origem rumo à cidade. Segundo estudos da autora, as pessoas migram “para melhorar de vida” e “porque a roça era muito difícil”. Outros autores indicam que, também, a roça ou o roçado não dava mais condições para a reprodução social das famílias, devido aos processos de cercamento de terras e, consecutivamente, privação por parte dos fazendeiros, da condição de reprodução social das famílias (DAYRELL, 2000; SANTOS *et al.*, 2010).

Woortmann (1990) sustenta que o ato de migrar para outro espaço geográfico tem distinções entre modalidades. Assim, são categorizadas três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe de família, de tipo circular e a emigração definitiva. São

movimentos considerados como “viagem” ou de “saída”.

A migração definitiva analisada por Woortmann (1990) cria, segundo análises de Marandola Jr e Gallo (2009), processo de desterritorialização, ou seja, o migrante rompe com atributos antes executados e vividos no rural.

O divisor de águas desse processo são as décadas de 1960 e 1970. Isso porque, na década de 1960, o urbano respondia por 45% do total da população brasileira e na década de 1970, o urbano era 56 % da população total. Assim, na década de 1970, conforme a Tabela 1, o urbano passou a ter mais população que o rural (MARTINE; CAMARGO, 1984). Entraram em ação ao mesmo tempo fatores de atração e expulsão: a industrialização do rural expulsava para o urbano e o urbano atraía, uma vez que disponibilizava trabalho para os migrantes vindos do rural.

Tabela 1 – População, de acordo com a definição oficial de urbanos. 1940-1980

Ano base	População urbana (em 1000 hab)	População rural (em 1000 hab)	População urbana (%)
1940	12.880	28.356	31.2
1950	18.783	33.162	36.2
1960	32.005	38.988	45.1
1970	52.905	41.604	55.9
1980	80.436	38.566	67.6

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, citados por Menezes e Alfredo, 1986.

Analisando o censo demográfico de 2010, Barcellos (2012, p. 1) conclui que no ano de 2000 a população rural “era de 31.835.143 dos quais cerca de 9 milhões eram de faixa etária jovem. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes com 8 milhões de jovens” (IBGE, 2010).

O rural, de 2000 a 2010 perdeu um quantitativo significativo de população; especificamente de jovens. Assim, é necessário intervenção dos governos, das instituições públicas envolvidas com a temática rural unirem esforços para garantir a permanência dessa população no meio rural. Essa garantia deve ser acompanhada de políticas públicas de geração de emprego e renda; políticas educacionais que ensina o contexto rural vivido pelos jovens e ações de pesquisas para entender o contexto e motivações das migrações.

Segundo Magno et. al (2011, p.307) em 2005 foi criando a Política Nacional de Juventude; na análise do autor “tal política tem como objetivo organizar as ações do governo, criando programas para melhorar a qualidade de vida dos jovens brasileiros nas áreas de educação, cultura, saúde e lazer”. Em pesquisas realizadas por Puntel et. al (2011) entre os problemas elencados no campo, destaca-se a falta de lazer e cultura, ausência de infraestrutura de saúde, dificuldade de acesso ao ensino, baixa remuneração, dificuldade para acessar crédito; fatores que limitam e dificultam a permanência dos jovens no espaços rurais.

A pauta para pensar políticas<sup>69</sup> para a juventude rural deve ser conduzida por todos os setores públicos e não governamentais; essas ações devem ser desde a garantia do acesso a terra para os jovens, além de políticas públicas de financiamento da produção, gerenciamento e comercialização da produção.

Todas essas políticas públicas disponibilizado pelo governo federal deveriam ser complementadas

---

<sup>69</sup> Programa PRONAF Jovem (produção); Programa Saberes da Terra (escolarização); Projeto Agente Jovem (produção e escolarização); Programa Nossa Primeira Terra (acesso a terra); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) (escolarização e produção).

com outras políticas, projetos, programas ou ações desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais em todo Brasil. De fato, todos esses mecanismos são idealizados para reter populações no campo especificamente os jovens.

O processo migratório é, portanto, um acontecimento que deve ser analisado não apenas do ponto de vista numérico, quantidade de pessoas que se deslocaram de uma região para outra. A análise deve ser feita, levando-se em consideração os diversos fatores que contribuem para a expulsão ou para a atração de população. As pessoas não se deslocam de uma área de nascimento pelo simples fato de não mais gostarem daquele local. Elas saem pelo motivo de não haver, no local de nascimento, condições e atrativos necessários ao seu desenvolvimento, como educação, saúde, lazer e oportunidade de trabalho para a família. A migração não é um fato isolado, de ordem individual, em que a decisão de ficar ou de sair de um determinado espaço geográfico é exclusiva do sujeito, mas sim de um processo estrutural do local de origem.

#### **4 A educação no campo e a pedagogia da alternância**

Ao tratar o tema Educação, Brandão (1981) a considera como algo presente no dia a dia de todos, a qual se manifesta em diferentes formas. Como crítica à visão ocidental de modelo e forma de educação, onde o conhecimento é transmitido por professores e em escolas, o autor afirma que a vertente ocidental não é a única existente, visto que a educação é encontrada em todos os tipos de sociedades e, desse modo, faz parte da construção, continuidade e legitimação de cada uma delas, ou seja, ela é encontrada a partir do momento em que há um repasse do saber comum necessário para a continuidade de costumes, tradições e crenças de cada uma.

Na perspectiva de outros modelos e formas de educação propostos por Brandão (1981), a Educação do Campo “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (CALDART 2009, p. 39).

Para Caldart (2009), a Educação do Campo consiste em um combate ao ‘atual estado de coisas’,

baseado em perspectivas práticas que expressa e produz concepções teóricas acerca da educação, com o objetivo de mudança não só de educação, mas da realidade do/no campo.

Nesse sentido, CALDART (2009, p. 42) afirma que a Educação do Campo compreende uma tradição emancipatória:

A Educação do campo, fundamentalmente pela práxis pedagógica dos movimentos sociais, continua e pode ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional e à teoria pedagógica. E faz isso, diga-se novamente, menos pelos ideais pedagógicos difundidos pelos seus diferentes sujeitos e mais pelas tensões/contradições que explicita/enfrenta no seu movimento de crítica material ao atual estado de coisas (CALDART, 2009, p. 42).

Contudo, “a proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória

de lutas de suas organizações” (CALDART, 2004, p. 13).

Como alternativa metodológica de formação profissional do campo, a Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, como *Maison Familiale Rurale* (MFR), onde, conforme Ribeiro (2008), os tempos/lugares de aprendizado são alternados, sendo uma formação geral e técnica em regime de internato (Tempo de Instrução), em um centro de formação, e um trabalho prático na propriedade familiar e na comunidade (Tempo Trabalho).

As experiências de Pedagogia da Alternância no Brasil originaram em duas vertentes distintas, sendo elas as Escolas-Família Agrícola (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CRFs). Para Ribeiro (2008), tanto a iniciativa de criação quanto a nomenclatura das CFRs e das EFAs, explicitam diferenças nas origens de sua criação, mas que poderão, ou não, estar presentes nas experiências realizadas no Brasil. Nesse sentido, Ribeiro (2008) infere que essas iniciativas de educação camponesa resultem de uma construção a partir das práticas sociais dos trabalhadores, os quais reconhecem a importância do vínculo entre o estudo e o trabalho para o futuro dos filhos e, assim, confirma que a

pedagogia da alternância não é uma proposta oriunda de estudos acadêmicos.

## **5 O curso técnico em gestão de organizações rurais e cooperativismo – residência jovem**

O curso Técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo – Residência Jovem visa qualificar jovens rurais que atuam nas áreas de assistência técnica, social e ambiental em associações, cooperativas e grupos informais de produção e comercialização, líderes comunitários que atuam nos processos de organização social das comunidades, por meio de dois eixos de formação: i) um eixo Formação Sociocultural, Pesquisa e Cooperação; ii) um eixo de Gestão Administrativa de Grupos, Associações e Cooperativas de jovens assentados, agricultores familiares e comunidades tradicionais, com ênfase em agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola.

Este curso é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, o qual corresponde a um Projeto aprovado através do Edital MCTI/MDA-Incra/Cnpq Nº 19/2014 - Fortalecimento Da Juventude Rural, pelo Processo 473194/2014-7.

O público alvo consiste em jovens provenientes da Zona Rural que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

A proposta do curso se sustenta a partir de duas vertentes que orientam e substanciam de forma diferenciada a metodologia de atuação pedagógica em questão:

i) a Pedagogia da Alternância, responsável pelos processos que determinam metodologicamente os tempos pedagógicos, alternando, de forma dialógica e em um viés transformador, momentos de ensino-aprendizagem inter-relacionados entre os tempos escola e comunidade;

ii) a Cooperação, acompanhada da Agroecologia, entendidas como vertentes de suma importância sustentadas na formação do sujeito para além das cartilhas técnicas e puramente centrada na formação de mão de obra, mas, possibilitando que o profissional seja capaz de, coletivamente, pensar, criar, inovar e compreender os processos Agroecológicos como forma de construção de uma nova ciência, que supera a matriz agrícola atual, e integra os diferentes campos do conhecimento

científico, no estudo do sistema de produção agrícola e extrativista, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade e cooperação.

O curso é composto por cinco etapas de Tempo Escola - TE, compreendendo os eixos de formação cultural e gestão, os quais são realizados nos espaços da Universidade Federal de Minas Gerais.



**Figura 1** – Educandos em sala de aula durante o Tempo Escola.  
**Fonte:** Pesquisa documental.

A grade curricular do curso contempla uma estrutura interdisciplinar, onde a gestão e o cooperativismo permeiam estudos emergentes sobre

a realidade rural do Brasil, totalizando uma carga horária de 675 horas, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Matriz Curricular do curso

Nome da Disciplina	Classificação		Carga Horária	
	OB(*)	OP	Teórica	Prática
Matemática	OB		30	-
Introdução ao Cooperativismo	OB		30	-
Introdução à Administração	OB		30	-
Questão Agrária e Desenvolvimento Rural	OB		30	
Seminário de Vivência I	OB		15	
Matemática Financeira	OB		45	
Constituição e Desenvolvimento de cooperativas	OB		30	
Gestão de Cooperativas	OB		30	
Seminário de Vivência II	OB		15	
Contabilidade e custos	OB		45	
Legislação Cooperativista	OB		30	
Elaboração e Análise de Projetos	OB		30	15
Seminário de Vivência III	OB		15	
Sistemas Gerenciais	OB		30	15
Governança Cooperativa e Intercooperação	OB		30	
Seminário de Vivência IV	OB		15	
Agroindustrialização – A produção no Campo	OB		45	-
Estágio Curricular	OB		15	105
Aspectos sociais dos processos cooperativos	OB		15	
Planejamento, Abastecimento e Soberania Alimentar	OB		15	-
Subtotais			540	135
<b>Carga horária total</b>			<b>675 horas</b>	

\*Disciplina obrigatória.

Fonte: Pesquisa documental.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> Matriz Curricular extraída do Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC.

Após cada TE, os educandos são encaminhados ao Tempo Comunidade – TC, no qual desenvolvem atividades relacionadas ao conteúdo aplicado em sala de aula no TE.

As etapas de Tempo Comunidade - TC são desenvolvidas a partir do acompanhamento da equipe de coordenação, professores e alunos bolsistas dos processos pedagógicos vinculados com a realidade social, ambiental e do trabalho do educando junto à sua localidade.

Durante as etapas de TC, os educandos desenvolvem atividades de apoio à cooperativas, associações e/ou organizações coletivas, nas quais aplicam na prática as ferramentas e os conhecimentos adquiridos durante o TE.



**Figura 2:** Jovens acompanhando atividade de cooperativa da sua localidade.

**Fonte:** Pesquisa documental, 2015.

As quatro etapas de Tempo Comunidade compreendem respectivamente:

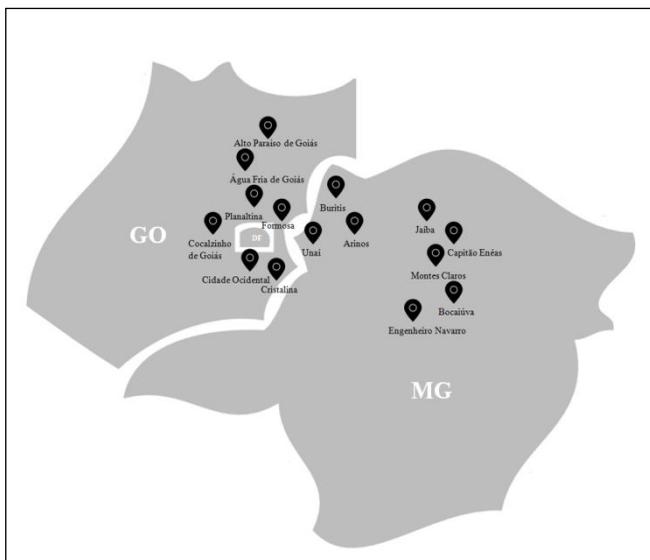
- TC 1: Diagnóstico; Identificação de organização; linhas de produção dentro da localidade.
- TC 2: Organização de Empresas Sociais;
- TC 3: Elaboração de um projeto de comercialização;
- TC 4: Elaboração de um projeto de agroindústria.

Ao final de cada TC, os educandos desenvolvem um relatório de atividades contendo as experiências vivenciadas durante a etapa, bem como a avaliação do líder da organização na qual foi desenvolvido o TC, conforme formulário de avaliação desenvolvido pela coordenação do curso.

O curso tem quatro etapas de Tempo Comunidade intercaladas às cinco etapas de Tempo Escola, sendo um total de 690 horas.

### **5.1 Perfil dos educandos**

O curso conta com 41 educandos matriculados, sendo estes provenientes das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, com destaque ao Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais (FIG. 3).



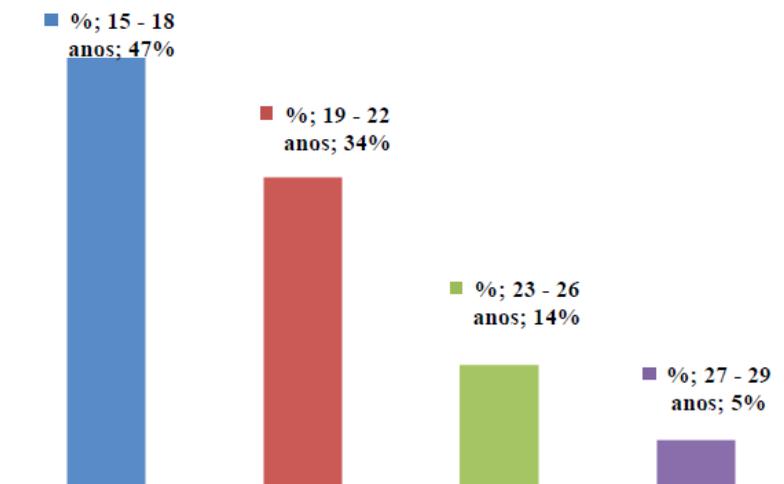
**Figura 3** – Região de abrangência do curso

**Fonte** – Dados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa de campo mostram que a maioria dos educandos é proveniente do estado de Minas Gerais (68,4%) e o restante do estado de Goiás (29%) e do Distrito Federal (2,6%). Dentre os pesquisados, predomina pessoas sexo feminino (55,2%), que possui ensino médio completo (51,4%) e ainda não exerce alguma atividade remunerada (70%).

Conforme o GRÁFICO 1, os educandos possuem idade entre 15 e 29 anos, sendo a faixa

etária predominante no curso de jovens de 15 a 18 anos.



**Gráfico 1: Idade dos educandos do Residência Jovem.**  
Fonte: Dados primários, 2015.

Entre os educandos que possuem remuneração (30%), estes atuam no campo (agricultura e outros serviços rurais), na educação (professores) e em atividades comerciais (autônomos).

Conforme os dados coletados, a maioria possui produção na propriedade da família (97,3%), sendo que 89% têm até três tipos de produção. A maior

parte dos pesquisados (67%) afirma que produz principalmente para consumo próprio ou coletivo, porém vale ressaltar que a produção comercializada se divide em feiras (42%), cooperativas (35%), centrais estaduais de abastecimento - CEASAs (34%) e escolas (34%), sendo o último por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

## **5.2 Potencial produtivo nas áreas de abrangência do curso**

A partir dos diagnósticos elaborados pelos educandos durante as etapas de TC, foi possível identificar um espectro geral da produção das localidades e suas potencialidades na visão dos jovens.

Observou-se que a produção nas localidades abrangidas pelo curso abarcam atividades de agroindústria (cana-de-açúcar, pães e quitandas, semiprocessados, processados, entre outros); a produção de sementes agroecológicas, hortaliças e lavoura, bem como produção de animais, com destaque para a avicultura e a suinocultura.

A produção de avicultura de corte (frango caipira) do Assentamento Silvio Rodrigues, município de Alto Paraíso de Goiás – GO, apresenta destaque por

ser uma iniciativa da juventude do assentamento originada da busca por alternativas de renda no assentamento (FIGURAS 4 e 5).



**Figura 4** – Produção de Avicultura da Juventude do Assentamento Silvio Rodrigues

**Fonte:** Pesquisa documental, 2015.



**Figura 5** – Grupo de Jovens do Assentamento Silvio Rodrigues

**Fonte:** Pesquisa documental, 2015.

Além da produção de avicultura de corte, a juventude deste assentamento coordena a produção de hortaliças e verduras por meio de um sistema agroflorestal (SAF)<sup>71</sup> (FIGURA 6).



**Figura 6** – Produção em sistema Agrofloresta no Assentamento Silvio Rodrigues

**Fonte:** Pesquisa documental, 2015.

---

<sup>71</sup> Os sistemas agroflorestais (SAFs) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas (EMBRAPA, 2016).

Os educandos provenientes deste assentamento informaram, através do seu relatório de Tempo Comunidade (TC), que os principais gargalos voltam-se para: o escalonamento da produção, onde no início da organização do grupo a falta de conhecimento sobre planejamento de produção e a importância da mesma; problemas relacionados à estrutura da área para a produção; transporte de produtos; custos, principalmente relacionado à matéria-prima; escoamento de produção; e organização interna.

Para solução dos gargalos supracitados, os jovens do assentamento organizaram um grupo denominado Grupo de Produção e Resistência, o qual é composto por membros com idade entre 13 e 23 anos, com o objetivo de fortalecer a juventude do assentamento e potencializar a produção do mesmo.

Nesse sentido, por meio da organização do grupo, foram elaborados planos de ação com o objetivo de suprir as demandas da produção por meio de formação da área, busca por informações voltadas para os gargalos e, assim, dois membros se inseriram no curso Residência Jovem da UFMG - *Campus Montes Claros*.

A análise dos relatórios permitiram uma visão da produção instalada em cada localidade e da

participação da juventude na mesma, contemplando a integração destes com as atividades rurais da família.

Em muitos dos relatórios, escritos e também nas apresentações orais, foi possível perceber o interesse dos educandos em iniciar uma atividade produtiva na área da família ou dar continuidade às existentes, de maneira a contribuir com o desenvolvimento dessas localidades.

### **5.3 Perspectivas profissionais dos jovens**

Em relação à perspectiva de mercado de trabalho, 89,4% afirmam ter interesse em trabalhar na área rural, o que mostra a importância da formação e preparação dos jovens no sentido de diminuir o êxodo, pois, conforme os dados do IBGE, no ano de 2011, a zona rural tinha uma representatividade de apenas 9,53% de população economicamente ativa (PEA).

Quanto ao campo de trabalho nos municípios em que os jovens residem, 51% afirmaram ter oportunidades de emprego na área rural, sendo estas oportunidades em cooperativas, associações, órgãos públicos voltados para a zona rural e perspectivas de atividades na propriedade da família.

Ao serem questionados em relação às expectativas com o curso, 100% acredita que o certificado lhe concederá melhor desempenho quanto à possibilidade de emprego e renda. As expectativas dos educandos se dividem em desenvolver atividades produtivas na propriedade, trabalhar nas cooperativas e atuar em outros trabalhos formais.

## **6 considerações finais**

Com os resultados obtidos, pode-se inferir que as localidades rurais atendidas pelo curso possuem uma organização produtiva onde há uma expectativa nos jovens em potencializá-la a fim de aumentar as oportunidades de emprego e renda. Nesse sentido, as perspectivas observadas vão de encontro com a proposta do curso Residência Jovem, a qual consiste em fortalecer a juventude rural com a finalidade de assegurar a permanência destes no campo.

É importante ressaltar que este estudo não foi finalizado, o qual ainda conta com duas etapas para sua conclusão, no entanto, entende-se como relevante a divulgação das perspectivas dos jovens em permanecer com o trabalho rural, o que mostra a importância da formação técnica para o desenvolvimento regional.

Este estudo teve a contribuição de outros bolsistas do projeto: Marcelo Gonçalves Machado, Maria Teresa de Almeida Paula e Wesley José Cardoso. Na oportunidade, o agradecimento se estende aos educandos pela contribuição com as informações e também por fazer deste projeto um sucesso; ao Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, pela contribuição com a estrutura e com a pesquisa documental; ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, à Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e ao Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia – CNPQ, pelo apoio financeiro.

### Referências

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate. 2012. Disponível em: <[http://www.adital.com.br/jovem/noticia\\_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=72457](http://www.adital.com.br/jovem/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=72457)>.

BRANDÃO, C. R. **O Que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000. p. 189-272.

DURHAM, E. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Perspectiva, 1973. 249 p.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Produtos, processos e serviços.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>>. Acesso em: 05 Ago de 2016.

IBGE. **Estimativa populacional para o ano de 2009.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)> Acesso em: 17 de maio de 2010.

MAGNO, L.; DOULA, S. M.; PINTO, N. M. de A. Todo mundo conhece a gente agora”: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 1 (9), pp. 305 - 319. 2011.

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da

migração. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2009, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2009. p. 1-15.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 1, n. 1, p. 99-144, 1984.

MATOS, R. Crescimento populacional e migração interna nos principais municípios de Minas Gerais.. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais**. 1997. v. 1. p. 329-348.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes sociais, redes territoriais e migração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais**. Campinas: ABEP, 2004. 21 p.

MENEZES, M. A.; ALFREDO, J. G. **Migrações no Brasil**: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986. 86 p.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. ; RAMOS, M. P. Situação e perspectiva dos jovens rurais. In: II Conferência de Desenvolvimento CODE/IPEA, 2011, Brasília. **Anais da II Conferência de Desenvolvimento CODE/IPEA**. Brasília: CODE/IPEA, 2011. p. 35-50.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Coord). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. T.1, p. 19-88. RIBEIRO, RIBEIRO, M. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; ASSIS, T. P. Os caminhos de São Paulo: migrações e trabalho urbano de agricultores mineiros. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 241-258, jul./dez. 2004.

TROIAN, A. **Jovens da região central do Rio Grande do Sul: perspectivas e políticas para permanência no meio rural**. Revista IDEAS (Online), v. 8, p. 104-134, 2014.